

HISTÓRIA

EM
DEBATE

ANAIS DO XVI^º SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

HISTÓRIA EM DEBATE

Problemas, Temas e Perspectivas

ANPUH: 30 anos

CNPq

InFour

Memória, História, Historiografia: A Independência em Questão.

Maria de Lourdes Viana Lyra

Às vésperas de completar 170 anos, esse acontecimento - a Independência - considerado fundador da nacionalidade brasileira e fartamente referido na memória histórica, continua sendo um dos mais complexos da História do Brasil.

A ambigüidade do processo histórico da Independência e as contradições resultantes nas abordagens historiográficas, conferiram ao tema tal dubiedade que o termo INDEPENDÊNCIA é usado, freqüentemente, com bastante reserva. Desde à forma - quase sempre entre aspas e com letras minúsculas - ao conteúdo - a concepção de independência relativa, ante a condição permanente de dependência aos imperialismos externos - aos estudiosos do tema compete a tarefa contínua de recuperar ângulos, aspectos, questões ainda não abordadas ou insatisfatoriamente analisadas, discutindo sobre a nova forma de pensar a história da Independência.

A complexidade do tema nasce da contradição existente já nas primeiras interpretações historiográficas que, ao produzirem uma história da Independência comprometida com o delineamento dos fundamentos da nacionalidade brasileira, procuravam ver na ação integradora da colonização portuguesa os traços de identificação dessa nacionalidade e ao mesmo tempo interpretaram o movimento de independência segundo a imagem corrente da colônia em luta contra a metrópole.

Nesse enfoque, é bem sugestiva a imagem produzida no célebre quadro de Pedro Américo *Independência ou Morte* - mais conhecido como "O Grito do Ipiranga" - que mostra D. Pedro I à cavalo às margens do rio Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822, empunhando a espada e bradando "independência ou morte" contra Portugal, a metrópole opressora.

Uma obra anterior (1844) - do francês François René Moreaux - executada precisamente quando estava sendo costurada a unidade do Brasil, intitula-se *A Proclamação da Independência* e mostra um D. Pedro unificador que, também à cavalo, tira o chapéu para lançar seu grito no momento em que é saudado pelo povo que o rodeia e ovaciona, congratulando-se com o príncipe cavaleiro. A mensagem é de um feliz momento de *união e de confraternização*, elementos essenciais à constituição da nação.

Já na tela de Pedro Américo - pintada nos anos oitenta, quando já se consolidara a unidade nacional - D. Pedro aparece com a espada empunhada à frente de um batalhão de engalanados soldados da guarda imperial que, situados no primeiro plano, substitui o povo então escanteado e reduzido a mero espectador. A mensagem é de *força e de poder*, elementos importantes àquele momento de crise do governo monárquico.

Observemos que, mesmo com imagens e mensagens distintas as duas telas, produzidas em momentos diversos, resguardam a versão historiográfica que gravou na memória nacional o 7 de setembro como o coroamento de uma luta sem guerra.

A leitura apurada dessa historiografia nos leva a destacar três aspectos básicos que delineiam o conhecimento produzido sobre o tema: a) o grito (de independência) dado pelo herdeiro do trono da monarquia lusa era uma conseqüência lógica do contexto histórico, no qual o príncipe ilustrado nutria um sentimento *natural*, portanto racional, de amor à liberdade e àquela terra que o viu crescer e que se encontrava, naquele momento, oprimida pelas Cortes Constituintes de Portugal. O grito, portanto, era contra as Cortes, e contra elas lutava-se, não contra a Coroa ou contra Portugal; b) o Brasil retardara o seu processo de libertação devido à *estadia benéfica* da ilustrada Corte portuguesa no Rio de Janeiro, mas, no momento em que esta também encontrava-se submissa às Cortes de Lisboa, não poderia o Brasil curvar-se ante as arbitrárias decisões dos constituintes que queriam a volta da opressão colonial; c) à gritante contradição entre Cortes Constituintes versus opressão colonial de um lado, e monarquia absolutista versus liberdade do outro, a historiografia respondeu com a ótica simplista e pouco convincente de que a revolução constitucionalista de 1820, iniciada na cidade do Porto, nada tinha de liberalo que explicava, em parte, o *singular aspecto* da luta pela independência ter-se desenrolado no Brasil num movimento de atração e não de repulsão à antiga metrópole. A alternativa foi buscar suas raízes numa identidade natural entre os portugueses do Brasil e os portugueses de Portugal, detendo-se na luta contra as Cortes, para minimizar ou mesmo omitir a guerra entre o Rio de Janeiro e as províncias ou grupos que apresentavam propostas alternativas ao Estado independente.

As contestações a essa versão historiográfica começaram a surgir apenas há cerca de sessenta anos, através de novas categorias da análise e que procuraram: *desmistificar* a importância atribuída ao 7 de setembro; *apontar* a inexistência de uma unidade político-administrativa no período colonial; *propor* o estudo das estruturas e dos conflitos sociais e da amplificação do quadro de análise, enfocando-o num amplo processo de crise, das velhas instituições - contestadas pelas "novas idéias" - e o enraizamento dos interesses

portugueses na colônia, através do processo de interiorização da metrópole.

Tais estudos apontaram contradições e procuram superá-las, mas apesar do avanço registrado na análise dos aspectos fundamentais para melhor entendimento do caráter ambíguo do movimento e da produção do seu reconhecimento, restam questões não resolvidas, permanece a complexidade.

O interesse e a dedicação à pesquisa sobre a problemática, levou-nos a observar que a sua complexidade resiste devido - pelo menos em grande parte - ao fato de ainda permanecer intocável a versão de um só projeto de Brasil, ou seja, da Independência processada através da implantação do Estado imperial unificador de todas as partes do território - do Amazonas ao Prata -, que optou pela adoção de uma monarquia constitucional e administrativamente centralizadora, proposta consensual aos grupos de força e extensiva a todas as províncias do Reino-Unido do Brasil, acreditando que, quem a ela se opunha, propunha a desagregação da unidade e a forma de governo republicana.

Convém anotar que o enfoque de projeto político único de unidade do Estado nacional, que nos vem da historiografia tradicional, encontra-se intimamente ligado à visão, intencionalmente construída por essa mesma corrente, de uma unidade política existente no período colonial desde a criação do Governo-Geral, mas já descartada pela historiografia atual. Aliás, essa idéia de unidade levou à concepção, também, já superada, do movimento pacífico da Independência. Se não mais se aceita a versão de uma unidade anterior - nos três séculos de dominação colonial, o Brasil constituía apenas uma unidade geográfica; se essa versão também derruba a tese de passividade do movimento - houve Guerra Civil até que o projeto de Estado Nacional liderado pelas forças políticas ligadas à Corte do Rio de Janeiro fosse implantado em todo o território chamado Brasil - e se já não se aceita a mistificação do 7 de setembro, nem o recorte de uma cronologia restrita aos acontecimentos de 1821 a 1822, como continuar vendo o processo de construção do Estado no Brasil movido apenas por um projeto político único, consensual e ligados aos interesses das partes distintas e dispersas da ex-colônia Brasil?

É certo que a partir de 1808 o chamado Centro-Sul do Brasil se transformou em sede do governo português, o que significou a real instalação de um centro de poder político-administrativo no Rio de Janeiro. Mas esse fato teria sido suficiente para criar, em tão pouco tempo, uma identidade suficiente a ponto de mover a aceitação de todas as diretrizes traçadas pelos grupos ligados à nova Corte? E se acreditarmos que a "inversão" acontecida teve tamanho peso, que criou e realçou em pouquíssimo tempo interesses idênticos entre os distintos espaços, quais seriam esses interesses?

Nessa linha de considerações, a *questão da unidade* reveste-se de fundamental importância, constituindo o ponto nodal na ampliação do conhecimento do processo de Independência e institucionalização do Estado no Brasil. A luta pela unidade de idéia-força do movimento emancipacionista e intimamente ligada a ela, encontra-se a igualmente complexa e ainda pouco elaborada "questão nacional". Se não havia uma unidade anterior, como continuar aceitando-se o discurso separatista construído com a intenção de firmar uma imagem de unidade nacional ainda não existente?

Questões como essas ainda não suficientemente esclarecidas contribuem para a permanência da complexidade do tema. Observemos, no entanto, que a historiografia mais recente vem apontando a existência de conflitos entre grupos e/ou regiões com projetos distintos de Estado nacional. Mas, ao não distinguir com clareza os pressupostos ideológicos de tais projetos, nem a diferenciação da motivação tática das forças políticas confrontadas; pouco ou nada acrescenta às análises tradicionais.

Por essas razões, tão rapidamente aqui apresentadas, é que acreditamos deva ser dada atenção especial à explicitação do que chamamos *projeto, plano ou proposta* de ação política. Ao fazê-lo devemos definir com precisão os pressupostos ideológicos que o regem, a motivação real de determinada força política em realizar o seu plano de ação, a relação existente entre as intenções de quem propõe, o que propõe e o contexto histórico correspondente. Ou seja, não basta identificar um projeto como opressor ou inovador, conservador ou progressista. É preciso enfocá-lo em relação ao contexto histórico correspondente, no plano interno e externo; verificar o seu processo de gestação; questionar a fundamentação ideológica da sua proposta; identificar o grupo social e os agentes diretamente envolvidos, atentando para as possíveis facções em disputa pela liderança no encaminhamento do processo; analisar os avanços e os recuos ocorridos no processo de sua implantação, em função das pressões recebidas, para, a partir de então, ter condições objetivas e seguras, ou seja, fundamentação teórico-metodológica, para identificar outro ou outros projetos alternativos de Estado nacional, que se confrontou ou se confrontaram com aquele finalmente vencedor.

Tais cuidados são necessários para evitar que ao sair da versão de projeto único e consensual, caia-se no campo completamente oposto, e certamente mais ou tão complexo, de encontrar em cada agente-líder em projeto distinto de Estado nacional.